PRODUZIR

ALÉM DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

DULCE BENKE
Diretora de Projetos da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A SUSTENTABILIDADE do setor produtivo brasileiro, em especial do agronegócio, tem conquistado destaque nos últimos anos. Muito se ganhou em produtividade e eficiência no uso de recursos naturais graças aos investimentos do País em novas tecnologias, permitindo a tropicalização da nossa agricultura. Parte dessa transformação aconteceu em resposta aos anseios da agenda ambiental, mas, sobretudo, pela necessidade do produtor de se tornar mais competitivo e acessar novos mercados.

Certamente, continuaremos a trilhar nosso caminho de sucesso nas próximas décadas, investindo em inovação, aumentando a nossa produtividade e tornando o setor ainda mais sustentável. Entretanto, duas frentes se mostram fundamentais nessa caminhada: inovação e disponibilidade de recursos.

Precisamos agir na área de tecnologia se quisermos continuar como líderes globais. É preciso, urgentemente, implementar uma agenda robusta de capacitação técnica no campo. De nada adiantam mais de quinhentas novas soluções de tecnologia para o setor se não conseguimos operacionalizá-las. Atualmente, não temos colaboradores preparados para usar as informações oferecidas pelas diferentes plataformas digitais.

Conectividade continua sendo um impedimento importante para a adoção de tecnologias pelo produtor ou a leitura ágil dos dados coletados. Cabe, ainda, desenvolver linhas de financiamento que permitam que a tecnologia não se torne um fator de exclusão, mas, sim, que seja o vetor da nova revolução agrícola. Por último, devem ser criados instrumentos que conectem os produtores ao ecossistema de inovação, disseminando de maneira elucidativa as tecnologias disponíveis no mercado.

Se analisarmos a evolução da agenda ambiental, fica evidente que passamos de uma fase de conscientização sobre os problemas globais para uma agenda de implementação de ações efetivas rumo a um Planeta mais sustentável. Os bilhões de dólares antes destinados a grandes mobilizações e campanhas passam, aos poucos, a ser destinados à implementação de agendas com maior efetividade e mais resultados. E é nessa agenda de implementação que estão as oportunidades para o protagonismo do setor privado brasileiro.

Os grandes fundos internacionais já estão acordando para essa tendência. O governo da Noruega tem ampliado as conversas com o setor privado. A Global Environment Facility (GEF), fundo da ONU gerido pelo Banco Mundial, embora ainda tímida, tem o setor privado como agente ativo na sua rodada atual de financiamento. Os produtores de alimentos e varejo europeus já discutem um fundo para pagamento por serviços ambientais. Ademais, existe, hoje, uma carteira bilionária de investidores privados estrangeiros ávidos por projetos sustentáveis.

O Brasil possui a legislação ambiental florestal mais restritiva dentre os principais países exportadores, e o produtor rural é o principal agente na implementação dessa agenda. Além disso, por meio da implementação do Código Florestal, atendemos agendas de sustentabilidade globais, incluindo parte dos compromissos do Brasil no Acordo do Clima. Precisamos comunicar aos quatro cantos que, sem o engajamento ativo dos produtores, não avançaremos nessas agendas, mas que, para avançarmos, recursos são fundamentais. ■

